

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 02.01.2014

Actualmente, existem mais de 230 mil veículos motorizados em Macau, as principais vias públicas já há muito que estão sobrecarregadas nas horas de ponta, e é mesmo frequente a paralisação do trânsito quando chove ou se registam acidentes. Mais ainda, tendo em conta as mudanças das vias devido às obras do metro ligeiro, para as quais não existe data de início na península de Macau, os engarrafamentos vão ser cada vez piores, prolongando-se, assim, o tempo das deslocações dos residentes. Atendendo à miniatura que é Macau, o ideal é promover as deslocações a pé, por conseguinte, o Governo deve otimizar as condições para essas deslocações, especialmente, acabar com as “barreiras” que impedem a deslocação pedonal entre as diferentes zonas e criar vias pedonais rápidas e convenientes, no sentido de se oferecer mais comodidade aos peões e de atrair os condutores e os utilizadores de transportes públicos a mudarem os seus hábitos, a começarem a andar a pé, aliviando assim as vias públicas. Creio que esta solução permitiria remediar os problemas do trânsito em Macau.

Vejamos o exemplo do Porto Exterior. Segundo as estimativas de 2008 do Governo, em 2011 trabalhavam nos NAPE mais de 40 mil residentes, que se deslocam para o emprego passando pela Avenida de Horta e Costa e vias do Fai Chi Kei. Segundo muitos residentes, durante as horas de ponta são graves os engarrafamentos nas vias públicas que fazem a ligação entre os NAPE e os bairros antigos, demorando-se mais de meia hora para conseguir apanhar um autocarro.

O túnel da Colina da Guia tem apenas cerca de 300 m de comprimento, bastam 5 minutos para se passar a pé, portanto, se o Governo construísse ali ao lado um túnel para peões, o tempo para fazer o percurso a pé e a distância entre o Mercado Vermelho e os NAPE reduziria para menos de 30 minutos e de 2 km. Esta solução ia atrair os residentes do Fai Chi Kei e da Avenida de Horta e Costa a andar a pé nas horas de ponta, contribuiria para proteger o ambiente e a saúde das pessoas, ajudaria as pessoas a controlarem melhor o seu tempo e ainda aliviaria a pressão das vias públicas.

Em 2008, o Governo estabeleceu o princípio da “primazia aos transportes públicos e incentivo às deslocações pedonais” como rumo da sua política de trânsito, mas os projectos para optimização do ambiente pedonal destinam-se, essencialmente, às ilhas, pois no que respeita à península de Macau, existem apenas projectos para embelezamento da Rua da Encosta e do Acesso Pedonal de Ligação entre a ZAPE e a Colina da Guia, e a construção dum sistema de escadas rolantes na Rua da Surpresa, os restantes destinam-se apenas à optimização das instalações para atravessamento das ruas, que pouco contribui para as pessoas optarem por andar a pé como forma de deslocação.

A meu ver, para conseguir incentivar os residentes a deslocarem-se a pé, o

Governo deve ponderar, de forma integral, as políticas a implementar, bem como satisfazer as necessidades e hábitos de deslocação dos residentes, e pensar em tudo do ponto de vista do peão, para otimizar o ambiente pedonal, planear e construir, atempadamente, vias pedonais rápidas e convenientes entre as diversas zonas, e eliminar todos os obstáculos que impedem este objectivo, a fim de atrair mais pessoas a optarem por andar a pé como forma de deslocação. Só assim é que será possível aliviar a pressão do trânsito e criar um verdadeiro ambiente adequado à deslocação ecológica e a uma verdadeira cidade de lazer.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 02.01.2014

A política de habitação pública foi concebida para resolver o problema de habitação dos que dela têm real necessidade, no entanto, deixa-se de fora da candidatura à habitação económica os que auferem rendimentos acima do limite máximo fixado e da candidatura à habitação social os que possuem bens que ultrapassam o valor máximo fixado.

Há dias, uma idosa com cerca de 60 anos queixou-me de que a casa onde vive com o marido vai ser retomada muito em breve pelo familiar que a cedeu. Está muito aflita porque, atendendo aos seus poucos rendimentos, não tem capacidade para suportar as rendas do mercado privado, nem tem condições para se candidatar a uma habitação económica, uma vez que os seus rendimentos estão muito abaixo do limite mínimo fixado, nem sequer para se candidatar a uma habitação social, pois as economias que juntou ao longo dos anos, resultado de muito apertar o cinto, ultrapassam o limite máximo fixado. E, na verdade, este não é um caso isolado, é uma situação que toca na pele de muitas pessoas. Com esta política de habitação pública, onde querem que estas pessoas arranjem um tecto?

Por outro lado, há pessoas que habitam em casas sociais e que pretendem adquirir, à custa dos seus próprios esforços, uma habitação económica, mas também não podem candidatar-se, apenas porque os seus rendimentos estão abaixo do limite mínimo fixado.

Os limites máximo e mínimo de rendimentos e de bens constantes da Lei da Habitação Económica são fruto da harmonia entre as diferentes políticas de habitação – a pública e a privada. Porém, todas as situações nos demonstram que o limite mínimo, baseado simplesmente no limite máximo definido para as habitações sociais, deixa de fora alguns dos residentes que auferem baixos rendimentos, que não são elegíveis nem para as habitações económicas, nem para as sociais. Trata-se, objectivamente, de uma situação que só vai causar uma fragmentação da política de habitação pública, o que desvirtua a intenção subjacente à Lei da Habitação Económica.

Pessoalmente, entendo que as autoridades competentes devem rever de imediato a lei, no sentido de abolir os limites de rendimentos exigidos, de forma a que sejam os próprios residentes a optar pela candidatura àquela habitação em consonância com as suas próprias capacidades e necessidades. Só que antes do levantamento desses limites, e para que aquele grupo de residentes com baixos rendimentos não continue a ficar fora do apoio à habitação, o Governo deve reduzir, o mais rápido possível, o valor do limite mínimo.

**IAOD dos Deputados Kou Hoi In, Cheang Chi Keong e Chui Sai Peng em
02.01.2014**

**Investigação conjunta com vista à promoção do desenvolvimento de Macau
(Intervenção apresentada pelo Deputado Chui Sai Peng)**

Em Maio passado, a *Chinese Academy of Social Sciences* publicou o “Livro azul das cidades mais competitivas” de 2013, tendo apresentado aspectos positivos e negativos de Macau. No que se refere à “competitividade da economia geral”, Macau ficou entre os 10 primeiros classificados, tendo ainda ficado no 6.º lugar quanto à “competitividade ao nível da sustentabilidade”. No que se refere ao nível da “competitividade das cidades com maior facilidade a nível comercial”, Macau ficou apenas no 12.º lugar, mas o que mais surpreendeu foi o que se refere ao nível da “competitividade das cidades onde a população tem maiores conhecimentos” e à “competitividade da cidade cultural”, pois nestas duas vertentes Macau ficou fora dos primeiros 20 lugares. De facto, estes *rankings* não reflectem totalmente a capacidade de uma cidade, mas a perda da competitividade de Macau em alguns aspectos reflecte que temos espaço para melhorias, nomeadamente, quanto ao factor da “facilidade a nível comercial”, e Macau também não consegue competir com as outras cidades do Interior da China no que se refere à competitividade da sua população.

Sob outro ponto de vista, podemos verificar, nos censos de 2011, que apenas 16,7% da população de Macau frequentou um curso superior. Este dado reflecte que, se no futuro precisarmos de mais talentos especializados, temos que construir uma sociedade mais culta. Neste caso, precisamos de rever e aumentar, com a maior brevidade possível, as políticas de recursos humanos, pois mesmo para os trabalhos que exijam maior força laboral será necessário haver cada vez mais conhecimentos e técnicas. Nos últimos anos, houve uma média anual de 5500 alunos que terminaram o ensino secundário em Macau e, nos próximos 10 anos, haverá uma média de 50 mil. Tendo em conta que actualmente 90% dos alunos ingressam num Instituto ou Universidade, volvidos 10 anos e calculando com base nos números da população actual, 25% da população terá um curso superior. Pelo exposto, caso apenas formarmos a próxima geração com vista a aumentar as respectivas habilitações académicas, isso poderá não ser suficiente para resolver a questão da falta de competitividade actual de Macau. Neste caso, temos que encontrar mais soluções, com vista a garantir o desenvolvimento de Macau e os interesses a longo prazo da sua população.

Além desses números, devemos dar atenção também à atitude da população. Recentemente, o Gabinete de Estudo das Políticas terminou o trabalho de análise da política demográfica cujo relatório revela que os inquiridos compreendem e concordam que Macau está neste momento com dificuldades a nível de demografia e de recursos humanos. Um quinto de um total de 2102 respostas ao inquérito concorda que Macau necessita de promover a qualidade da sua população. O mesmo relatório acrescenta que a grande maioria das opiniões considera que a qualidade da população é baixa, e muitos entendem que, com a

actual estrutura demográfica, Macau terá muitos desafios na sua transformação em Centro Internacional de Turismo e de Lazer, assim como no desempenho do papel de plataforma comercial entre a China e os países lusófonos.

Acreditamos que tanto o Governo como a sociedade estão sensibilizados para a resolução urgente da carência de mão-de-obra, sendo este um factor importante para Macau manter a sua competitividade. É por isso que o relatório das Linhas de Acção Governativa para 2014 apresenta a formação de talentos locais como uma política central na governação, sugerindo um conjunto de regimes e medidas para acelerar a formação de quadros qualificados.

Neste sentido, solicitamos ao Governo que agarre as oportunidades e trace planos adequados para o desenvolvimento da RAEM, perante a actual situação em geral. Isto é, na ocasião da concretização da política demográfica, após o seu estudo e consulta de resultados e dados integrados obtidos na China Continental e no exterior, e ainda com base nas opiniões e sugestões apresentadas por todos os sectores de Macau, o Governo deve traçar planos de curto, médio e longo prazo, para esta área, em coordenação com a evolução de Macau, e estipular metas pragmáticas e mensuráveis para esses planos. Por exemplo, estimar a quantidade da procura de quadros qualificados em todos os sectores; criar uma base de dados de profissionais existentes em todas as áreas especializadas; e indicar a fonte concreta dos profissionais específicos, o acompanhamento anual e a divulgação atempada das informações de procura e movimentação dos mesmos. Essas metas previstas e os dados reais podem permitir que todas as indústrias fiquem bem inteiradas da situação dos recursos humanos existentes em Macau, para poderem melhor estipular as suas futuras estratégias de desenvolvimento, e ainda que os cidadãos possam traçar os seus planos profissionais e de aprendizagem contínua e que todos os serviços públicos possam definir as estratégias e metas expressas de formação de pessoal.

Em resumo, a implementação de qualquer política conta com os esforços de toda a sociedade e com a reconversão e valorização das indústrias, e os quadros profissionais de Macau têm de estar coordenados com o desenvolvimento geral do Estado, pois só assim é que Macau pode ter competitividade a nível regional e mundial, e suficiente confiança, capacidade e dinâmica para enfrentar, a longo prazo, mais desafios de competitividade.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 02.01.2014

Nos últimos anos, a economia de Macau cresceu em flecha, e a região foi posicionada como Centro Mundial de Turismo e Lazer, no entanto, só temos uma indústria. Recentemente, aquando do balanço da missão do Chefe do Executivo em Pequim, o Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, referiu que o Governo Central dá extrema importância à continuação do desenvolvimento diversificado da economia de Macau, com vista a melhorar a sua estrutura de desenvolvimento económico. Isto significa que o Governo Central dá extrema importância ao desenvolvimento do “mecanismo de longo prazo” de diversificação da economia de Macau, pelo que os serviços competentes devem definir um rumo e um objectivo claro sobre esta questão, desenvolvendo uma economia diversificada, com as características específicas e proeminentes de Macau.

De facto, nos últimos anos, o Governo promoveu com muito esforço o desenvolvimento da diversificação da economia, contudo, os resultados não são visíveis. Uma das políticas mais importantes das Linhas de Acção Governativa para 2014 é a definição da indústria criativa como forma de promover a diversificação da economia, e os serviços competentes afirmaram que vão investir mais recursos para o seu desenvolvimento. Contudo, alguns residentes afirmam que não se consegue ver outros resultados nesta política para além do aumento do número de funcionários públicos e dos apoios às associações.

Recentemente, a comunicação social reportou que o Clube Cultural da Casa de Penhores Tak Seng, situado na Avenida de Almeida Ribeiro, vai fechar as portas em meados do presente mês, o que muitos residentes consideram uma pena. Macau possui muitas lojas com valor cultural e especificidades locais e, sendo uma cidade turística, estas deviam fazer parte dos seus atractivos particulares, mas o Governo sempre desprezou a conservação e o desenvolvimento deste tipo de lojas, assim como os costumes culturais locais.

Actualmente, muitos países desenvolvidos consideram a indústria criativa como algo importante para a economia e o desenvolvimento da sociedade. Em Taiwan, muitas fábricas antigas foram transformadas em instalações importantes para essa indústria e criaram-se 5 grandes zonas de indústria cultural e criativa, algumas delas geridas pelos próprios serviços públicos. Essas zonas constituem condições importantes para o desenvolvimento da indústria em causa, dando ao respectivo sector espaços de baixo custo para fazer exposições. Há pouco tempo, foi organizada a exposição mundial de banda desenhada do *Old Master Q* de HK, na zona da indústria criativa de Chong San de Taiwan, o que deu a conhecer vários aspectos do *Old Master Q* e também trouxe novas sensações visuais, com o recurso à técnica 3D, em que os visitantes foram transformados em personagens de desenhos, criando-se um ambiente interactivo. De facto, Macau pode tomar como referência esse exemplo de sucesso e fornecer ao sector em causa espaços e apoios financeiros e técnicos, de modo a reforçar a cooperação regional na organização de exposições de natureza semelhante, a apoiar o desenvolvimento da indústria criativa local e a aumentar os recursos turísticos.

A indústria criativa começou a dar os seus primeiros passos. Esperemos que as autoridades promovam o seu desenvolvimento através de uma série de políticas e medidas e que, na promoção da economia diversificada com o desenvolvimento da referida indústria, tome experiências exteriores como referência, no sentido de criar uma indústria criativa com particularidades de Macau, através da manutenção das características culturais locais.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 02.01.2014

Há dias, realizou-se o acto público de abertura de propostas para a construção do complexo hospitalar das ilhas, cujo prazo é de 758 a 780 dias. Se o projecto não for sujeito a mudanças e as obras conseguirem começar no início deste ano, o referido edifício estará construído em 2016, o que significa que vai demorar vários anos, mais tempo do que no caso do edifício das urgências, cuja conclusão tinha sido prometida para este ano. Perante o grande problema da falta de espaço no hospital, sugiro ao Governo que seja determinado e que recorra às mais diversas formas para acelerar a construção do complexo hospitalar das ilhas, a fim de resolver, radicalmente, o eterno problema da dificuldade em conseguir uma consulta e das longas esperas.

Recentemente, alguns residentes deslocaram-se ao Conde S. Januário e pensaram que, com a entrada em funcionamento do novo edifício das urgências, o ambiente deveria estar melhor. Porém, um funcionário público da camada de base que sofreu um acidente de trabalho permaneceu num corredor durante uma semana, e um funcionário público aposentado, de 80 anos de idade, também foi ao referido Hospital durante o Natal, e também teve de pernoitar no corredor do novo edifício durante 4 dias. E segundo eles, muitos residentes receberam o mesmo tratamento. O Hospital Conde S. Januário é gratuito, é ali que se prestam serviços a todos os funcionários públicos, e mesmo com o novo edifício das urgências a funcionar, já se acrescentaram mais camas nas observações, e como há falta de pessoal médico e camas para internamento, o eterno problema da dificuldade em ser atendido e das longas esperas não foi aliviado.

Alguns residentes qualificam a sua experiência no Hospital Conde S. Januário como estando a viver a série “Combat Hospital”, experiência que deixa doentes e familiares tristes e desamparados e com uma dúvida: após o Retorno à Pátria, Macau passou de “vila piscatória” a “metrópole, o seu reconhecimento a nível internacional e a sua competitividade aumentaram bastante; desde 2000 que as receitas anuais do sector do jogo aumentam todos os anos, em média, 27%, uma maravilha a nível mundial; em 1999, na altura da transferência, o Governo Português deixou apenas 12 mil milhões de saldos fiscais (incluindo o Fundo de Terrenos) ao Governo da RAEM, mas até Setembro do ano transacto, o montante da reserva atingia os 240 mil milhões, um aumento de cerca de 20 vezes; Macau é uma terra pequena mas também não é assim tão pequena que não tenha espaço para hospitais, então, porque é que há tanta dificuldade em construir um hospital público?

Já em 2009 o sistema de saúde de Macau foi criticado por alguns órgãos de comunicação social devido à luta, ao longo dos últimos dez anos, entre as

instituições de saúde públicas e privadas. De facto, isto revela o essencial do problema do nosso sistema de saúde. Mas, depois do retorno à Pátria, o Governo da RAEM pôs de parte esse grande problema que tem implicações com a saúde, vida e morte dos residentes. Com o crescimento demográfico e o aumento das exigências dos residentes no que respeita à qualidade dos serviços de saúde, é cada vez maior e mais nítida a diferença entre o desenvolvimento do sistema de saúde e o desenvolvimento da economia, e ainda entre a melhoria da vida dos residentes. Na minha opinião, para além do problema estrutural do sistema de saúde, os factores essenciais que contribuem para esta diferença são a falta de uma política prospectiva, a morosidade administrativa e a falta de atenção que é dada à saúde dos residentes. A justificação para este último aspecto pode ver-se no andamento do plano de construção de hospitais públicos e na construção do sistema de saúde.

Há muitos anos, o Governo tinha um plano para construir um complexo hospitalar nas ilhas, plano esse que foi confirmado em 2010 e do qual consta uma primeira fase, a construção de um edifício de urgências, que vai custar cerca de 600 milhões de patacas. Espera-se que o hospital esteja concluído durante o mandato deste Governo e que entre em funcionamento no próximo ano.

É pena que até à data ainda nem sequer se tenham iniciado as obras de cravação de estacas. Segundo as notícias, esse adiamento deve-se à proposta apresentada aos Serviços de Saúde pela empresa responsável, segundo a qual as obras da 1.^a e 2.^a Fases devem ser concluídas em simultâneo até ao final de 2017, em vez de em 2014 e em 2017, ou seja, o edifício das urgências e o restante complexo hospitalar devem estar concluídos ao mesmo tempo. O que é facto é que as obras já vão demorar mais dois anos, e se a cravação de estacas só estiver concluída em 2016, o referido complexo hospitalar vai estar acabado no final de 2017, ou melhor, no prazo previsto?

Enquanto único hospital público de Macau, o Centro Hospitalar Conde de S. Januário levou dez anos para ver o seu projecto de ampliação aprovado pelas autoridades. Devido ao atraso e à falta de eficiência administrativa, o bloco da urgência apenas entrou em funcionamento há uns meses, sendo grande a diferença entre a realidade que é aquele bloco e as expectativas da população.

Tendo em conta o problema do nosso sistema de saúde e a necessidade da sua reforma, já em 2001 foram apresentadas 215 sugestões elaboradas por uma empresa de consultoria num documento que continha também a história e as perspectivas de evolução do sistema, para além das opiniões recolhidas junto do público. Porém, grande partes dessas sugestões não foram implementadas.

Até que, passados dez anos, em 28 de Fevereiro de 2011, foi anunciado pelo Gabinete de Porta-Voz do Governo um plano de reforma do sistema de saúde para os próximos dez anos. Assim, o Governo vai injectar um total de 10 mil milhões para a melhoria do sistema de saúde de Macau. De facto, foram necessários dez anos para ser lançado um “plano de reforma para os próximos dez anos”. Já se passaram três anos, será que daqui a sete os problemas, como a dificuldade em conseguir uma consulta médica, ainda vão estar por resolver?

Os cuidados médicos gratuitos começaram em 1986 e, passados 28 anos, a cobertura desse sistema gratuito alargou-se de tal forma que apenas um hospital público já não consegue dar resposta às necessidades. Em Fevereiro de 2010, numa visita ao terreno onde vai ser construído o complexo hospitalar das ilhas, o Secretário Cheong U considerou que este projecto é uma medida importante do Governo da RAEM para beneficiar a população, e que, por isso, se reveste de grande importância para Macau. Deste modo, espero que as autoridades acelerem a construção deste complexo hospitalar das ilhas e que parem com os atrasos neste projecto.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 02.01.2014

O Governo deve estar melhor preparado para enfrentar a mudança resultante do crescimento económico

Desde a liberalização da indústria do jogo, em 2002, as receitas daí provenientes aumentaram rapidamente. As registadas em 2002, no valor de 7,77 mil milhões de patacas, aumentaram para 11,338 mil milhões, em 2012, um aumento de cerca de 14,6 vezes. Nos primeiros dois trimestres deste ano, as receitas fiscais do jogo atingiram já 64,9 mil milhões, prevendo-se que as do ano inteiro possam ultrapassar as registadas no ano passado. Isto quer dizer que a indústria do jogo enriquece os cofres do tesouro do Governo, sendo de salientar que cerca de 90% das receitas públicas provêm da mesma. Numa perspectiva económica, quanto melhor se desenvolver o sector do jogo, tanto mais este oferecerá condições propícias ao desenvolvimento global de Macau, assim como o contributo para promover e assegurar as políticas do bem-estar social a longo prazo, e para constituir a base de construção e concretização de mecanismos eficientes, melhorar o acesso ao emprego da população, destacar mais o nome de Macau a nível internacional, elevar a nossa competitividade em todos os aspectos e acarretar o desenvolvimento de outras indústrias associadas aos sectores do turismo, convenções e exposições, serviços, venda de comidas e bebidas, etc., muito embora, o desenvolvimento da indústria do jogo conduza a efeitos e impactos sociais negativos, por exemplo, a mudança dos valores morais perante a vida, a problemática do jogo na sociedade, a falta de recursos de solos, a subida astronómica do preço dos imóveis e dos bens essenciais do quotidiano, o agravamento dos congestionamentos de trânsito causados pelos autocarros dos casinos, etc., problemas estes que estão por resolver, perante o actual desenvolvimento económico e social.

Além disso, as PME e a indústria do jogo são também pilares importantes para garantir o desenvolvimento contínuo da economia e da sociedade, por isso, o Governo já tomou várias medidas para criar condições para as PME continuarem as suas actividades e aumentarem a sua competitividade, incluindo medidas de apoio para estas e de garantia na constituição de empréstimos, medidas de incentivo para exercício de actividades financeiras, criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, apoios financeiros para instalação de páginas electrónicas, aceleração de apreciação dos requerimentos de contratação de trabalhadores não residentes e criação do plano de apoio a jovens empreendedores, etc. Apesar disso, perante o actual crescimento acelerado da economia, muitas PME acham que o seu desenvolvimento não acompanha o ritmo de progresso da indústria do jogo, e que enfrentam mais desafios do que oportunidades, surgindo até problemas que impedem esse desenvolvimento.

A indústria do jogo tem uma alta competitividade e potencialidade de desenvolvimento, constituindo, necessariamente, um choque para as PME, e fazendo com que estas sejam excluídas do mercado económico, por exemplo, as

PME têm maiores dificuldades em contratar recursos humanos e assim passam a ser, evidentemente, mais fracas do que a indústria do jogo, em termos de competitividade. O desenvolvimento económico traz, necessariamente, para a sociedade implicações positivas e negativas, e a posição do sector do jogo, enquanto indústria de liderança de Macau, não sofreu alterações nem facilmente virá a sofrer. De facto, não podemos negar as contribuições dadas, ao longo de muitos anos, para Macau. Portanto, em vez de surgir a ideia contra o desenvolvimento desta indústria, devem ser tomadas medidas para regulamentar o seu normal desenvolvimento, no sentido de diminuir situações em que sejam excluídas outras indústrias, para além da manutenção do desenvolvimento económico.

Estando os problemas sociais ainda por resolver, espera-se o aparecimento de um novo panorama no mercado laboral de Macau, devido à conclusão de vários grandes projectos na zona do COTAI prevista para 2016 e 2017. Além disso, a abertura da nova ponte sobre o Delta do Rio das Pérolas e a entrada em funcionamento das novas instalações fronteiriças representam também um novo desafio para a capacidade de Macau receber mais visitantes, o que pode resultar num agravamento e proliferação dos problemas sociais do passado, de que é exemplo a questão dos recursos humanos. Se estas questões não forem consideradas e reflectidas atempadamente e a sério pelo Governo, com vista à definição de um plano para a sua resolução, os conflitos sociais irão apenas agravar-se, dificultando a resolução dos problemas.

Por outro lado, os contratos de concessão do jogo em casino, celebrados pelo Governo com as empresas concessionárias, serão revistos em 2015. Trata-se de um primeiro balanço dos resultados da política de liberalização do jogo desde a abertura deste mercado e, nessa revisão dos contratos, é necessário que as autoridades façam um balanço das experiências para, de facto, se poder concretizar a política de desenvolvimento das PME impulsionada pela indústria do jogo.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 02.01.2014

O Governo deve apurar bem a situação de desocupação das fracções económicas

Macau já é, actualmente, a cidade mais rica da Ásia, mas os seus residentes continuam a deparar-se com várias questões, tais como o longo tempo de espera por cuidados de saúde, o elevado preço dos imóveis e a confusão dos transportes públicos, questões estas que têm suscitado uma enorme insatisfação no seio da sociedade. Quanto à habitação, atendendo aos preços praticados, são muitos os trabalhadores de base e da classe média para os quais ter casa não passa de um sonho.

No ano passado, graças aos esforços das autoridades, já se avançou bastante com a conclusão das “19 mil fracções de habitação pública”, ou seja, muitos candidatos que aguardavam há muito tempo por uma casa conseguiram-na, finalmente. Aos outros cerca de 5 000 candidatos que não conseguiram uma casa, também foram distribuídas fracções em construção. No entanto, o Governo anunciou que existem ainda muitas fracções económicas que continuam vazias, então, suscitam-se algumas dúvidas: será que muitos candidatos que compraram fracções económicas não as ocupam? Será que estes candidatos necessitam mesmo de uma casa? Se olharmos para o número de candidatos da última candidatura à habitação económica, efectivamente, são muitos os necessitados que entretanto também nos pediram ajuda.

De acordo com os dados do Instituto de Habitação (IH), até ao final do ano passado foram vendidas e atribuídas 9 050 habitações económicas, e foram entregues 6 054 chaves, restando apenas entregar cerca de 3 000. Segundo alguns residentes, em Março do ano passado escolheram as fracções localizadas em Seac Pai Van, mas apesar de ter já passado meio ano, ainda não receberam a chave. Qual é então o significado de calcular a taxa de desocupação das habitações económicas com base nestes dados? Esta situação é da responsabilidade dos residentes ou do Governo?

Das 6 054 fracções cujas chaves foram já entregues, 2 859 já estão ocupadas, em 1 767 estão a decorrer obras de remodelação, enquanto 1 428 ainda não foram ocupadas nem se iniciaram obras de remodelação. Quanto a algumas das fracções que ainda não estão devidamente ocupadas, é de referir que, para além do Edifício da Tranquilidade, cuja licença de utilização foi emitida em Junho de 2011, a licença de utilização do Edifício do Lago foi emitida em 23 de Novembro de 2012, e as licenças de utilização relativas ao total de 4 843 fracções dos Edifícios Ip Heng, Cheng Chong, Koi Nga e On Son foram emitidas em 2013. Isto quer dizer que já se passou mais de meio desde a entrega da chave aos respectivos proprietários.

Esta alta taxa de desocupação tem a ver com o facto de alguns residentes ainda não terem recebido a chave ou com alguns que já a receberam mas ainda não estão a ocupar a fracção por não terem realizado as respectivas obras de remodelação. Há ainda uma pequena parte de residentes que já concluíram as referidas obras mas que ainda não ocuparam a fracção. Segundo alguns residentes que trabalham por turnos, não conseguem dormir devido ao barulho das obras de remodelação que estão a decorrer nas fracções; e segundo outros, as habitações económicas estão localizadas na periferia da cidade, o que dificulta as suas deslocações para o emprego e para a escola, por isso, antes de ocuparem a fracção, estão à espera que o Governo

proceda, quanto antes, ao aperfeiçoamento da rede de transportes e das instalações para apoio ao seu dia a dia. Creio que isto é normal e aceitável.

É de salientar que os dados sobre a habitação são a base para a definição científica da política de habitação, por isso, a análise a efectuar deve ser objectiva e não parcial, não devendo estes dados servir de pretexto para reduzir a oferta de habitações económicas. Não é isto que um governo responsável deve fazer para resolver, efectivamente, os problemas.

Claro que não se exclui a possibilidade de haver residentes que não ocupam a sua habitação económica e que até a arrendem. O Governo deve averiguar essas infracções, nos termos da lei e com todo o rigor, para encontrar a verdade dos factos e se justificar junto da população, por forma a assegurar a utilização racional dos recursos públicos.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 02.01.2014

Há dias, o Governo publicou a Política de Juventude de Macau (2012-2020), colmatando o vazio que se tem verificado ao longo dos tempos quanto ao plano de médio e longo prazo sobre a política de juventude de Macau, o que tornou mais claro o rumo para o desenvolvimento juvenil, em prol da formação de jovens talentos que amem a Pátria e Macau. Face à publicação da referida Política, gostaria de manifestar aqui alguns pontos de vista sobre a mesma.

Em primeiro lugar, a definição de “jovem” é elementar para definir a respectiva política. Só com a identificação de quem são os jovens é que é possível promover o desenvolvimento saudável e a formação de jovens talentos. De acordo com a Política de Juventude, os jovens de Macau têm idades compreendidas entre os 13 e os 29 anos, definição que teve como referência os “indicadores sobre a juventude em Macau” e a “estratégia do desenvolvimento integral dos jovens de Macau”. Apesar da continuidade que se consegue manter, em certa medida, enquanto política de desenvolvimento para os próximos dez anos, a definição não deixa de ser demasiado conservadora, ou até mesmo parcial. Vejamos a experiência de outras regiões. Na China Continental, jovem é aquele cuja idade se situa entre os 15 e os 35 anos; na Federação de Juventude, entre os 18 e os 40; na UNESCO, entre os 14 e os 34; e, na Organização Mundial de Saúde, entre os 14 e os 44. Embora não uniformes, essas definições conferem um âmbito de juventude mais vasto. Na realidade, com o desenvolvimento económico e o aumento da longevidade média, acrescido da pressão no emprego, a responsabilidade social dos jovens aumenta também, daí a maior necessidade de serem apoiados por políticas. Só com a definição de um âmbito de juventude mais vasto é que se pode traçar políticas que consigam proporcionar incentivos e apoio aos jovens. Por exemplo, no Plano de apoio a jovens empreendedores, a idade máxima dos jovens de Macau que criem o seu primeiro negócio é fixada em 44 anos, abrangendo um universo mais amplo, de modo a ajudá-los a concretizar os seus anseios.

Para melhor responder ao desenvolvimento dos jovens e satisfazer as suas necessidades, a “política juvenil” que está a ser definida subdivide-os em três grandes grupos: jovens estudantes, jovens empregados, e jovens que aguardam por emprego e educação. Por seu lado, com vista à implementação da política de ensino de acordo com as diferentes fases da educação, a estrutura do Governo está organizada em diferentes entidades administrativas, sendo a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude responsável pelo ensino não superior, e o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, a entidade que coordena as diferentes instituições de ensino superior de Macau. Porém, na definição da política, porque não se pode desagregar ainda mais o agrupamento dos jovens estudantes? Sendo reconhecido pelas autoridades que os diferentes grupos têm diferentes necessidades, então, porque não se definem políticas para cada um dos três

principais grupos? Por isso, antes de se proceder a uma revisão intercalar da política juvenil, apelo às autoridades para que seja adequadamente revista a classificação dos grupos de jovens de acordo com a realidade social de Macau, de forma a alargar a cobertura do seu apoio, desagregando o processo do seu desenvolvimento para a formação de talentos.

Por outro lado, na implementação das políticas, um dos pontos que mais preocupa a população consiste nos problemas com a coordenação dos trabalhos do Governo. O documento sobre “política juvenil” realça que: “a DSEJ, o Conselho de Juventude, os outros serviços públicos, instituições de ensino, associações juvenis e organizações civis de serviço social têm todos a função de promover, apoiar, auscultar e implementar em conjunto a “política juvenil”. No âmbito do regime definido, a DSEJ desempenha o papel de promoção das políticas cuja implementação cabe ao Departamento da Juventude desta Direcção de serviços, e o Conselho de Juventude realiza regularmente reuniões onde são recolhidas opiniões sobre a implementação das políticas. Porém, as funções desenvolvidas segundo este regime estão centradas na DSEJ. Quanto aos outros serviços públicos, entidades educativas, designadamente, instituições de ensino superior, associações juvenis e organizações civis de serviço social, o documento apenas afirma que lhes será apresentada a “política juvenil” para implementação. Porém, desconhece-se tudo quanto ao papel e à forma de colaboração dos outros serviços, as suas responsabilidades concretas, a forma como serão executadas e fiscalizadas as políticas, e a entidade responsável pela coordenação entre os serviços.

Como o âmbito das políticas ligadas aos jovens é vasto e abrangente, é inevitável que aquelas sejam executadas por vários departamentos, organizações e associações. Porém, quando as políticas são concretizadas a nível interdepartamental, geralmente surge o problema de como haver uma melhor articulação. Sendo assim, a clara articulação das tarefas é também fundamental para uma melhor concretização das políticas juvenis. Enquanto espírito da articulação, o líder deve, através da sua capacidade de liderança, coordenar diversos departamentos para que trabalhem e cooperem, e isto torna-se também num foco da sociedade. No que respeita à concretização das políticas juvenis, sugiro que, para além dos mecanismos de promoção e avaliação, quando se trata de trabalhos interdepartamentais, deve haver um grupo de coordenação, liderado pelo Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, a fim de facilitar a distribuição de tarefas e a concretização das referidas políticas, formando-se talentos jovens e concretizando-se o princípio de “construir Macau através da formação de talentos”, bem como a criação do sonho de Macau e do sonho chinês.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 02.01.2014

O Ano Novo Chinês está quase a chegar, estando, pois, prevista a chegada de uma multidão de turistas a Macau. Na qualidade de cidade que pretende ser transformada num Centro Mundial de Turismo e Lazer, para além das instalações turísticas e serviços de qualidade, a segurança pública é um factor importante, que afecta directamente o desenvolvimento do mercado turístico e da imagem turística a nível internacional.

Creio que a Polícia de Macau tem vindo sempre a envidar os maiores esforços para manter a ordem pública, só que há mil maneiras de praticar o crime, por exemplo: os casos de furto ocorridos ultimamente; as notas falsas de dólares de Hong Kong com alto nível de falsificação; a utilização de cartões de crédito falsos, entre outros, colocam a nossa segurança pública em causa. Segundo a estatística, a criminalidade tem vindo a subir desde o início do ano de 2013. Entre Janeiro e Setembro, as actividades de delito em geral aumentaram 8,9 por cento, em comparação com o período homólogo de 2012; o tráfico e a venda de drogas cresceram 94,7 por cento; indivíduos indocumentados provenientes da RPC cresceram 10,1 por cento; o excesso de permanência dos indivíduos provenientes da RPC aumentou 13,6 por cento; a totalidade de casos encaminhados para o Ministério Público teve um aumento de 19,5 por cento.

Tendo em conta a chegada de um grande número de turistas devido à festividade do Ano Novo Chinês, creio que é inevitável que a taxa de criminalidade venha a subir de certa maneira.

Assim sendo, proponho que as entidades competentes de Macau reforcem a cooperação com as entidades congéneres da China Continental, antes e durante esse período festivo, realizem operações direccionadas, e reforcem a força policial e o patrulhamento, no sentido de reforçar o efeito dissuasor perante a criminalidade. Além disto, há que envidar maiores esforços na investigação dos casos que trazem maiores impactos sociais, por exemplo, os relacionados com o uso de notas e cartões de crédito falsos, burla e drogas. Essas tarefas têm muito a ver com o sucesso na criação de um ambiente seguro durante esse período festivo, bem como com a protecção da imagem de Macau na qualidade de cidade turística a nível internacional, sendo essas as responsabilidades não desviáveis das entidades da área da segurança.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 02.01.2014

Recentemente, o Governo procedeu, novamente, à abertura de um concurso de candidatura a mil e novecentas fracções de habitação económica de diversas tipologias, cujo prazo é de 3 meses. Nos termos da lei vigente, os residentes devem desistir da candidatura aos T1 do Edifício Ip Heng, que teve lugar no ano passado, para poderem candidatar-se ao presente concurso. Entretanto, até ao momento, o Governo ainda não divulgou os resultados do sorteio da última candidatura. Se o Governo não conseguir tratar, oportunamente, das anteriores candidaturas, que ultrapassaram as doze mil, os agregados familiares em causa não conseguirão candidatar-se a este concurso, situação esta que merece a nossa atenção. Portanto, o Governo deve divulgar, quanto antes, os respectivos resultados, para que tenham tempo suficiente para se preparar e ponderar. Ao mesmo tempo, o Governo deve permitir aos agregados familiares qualificados para a candidatura a fracções T1 que mudem, automaticamente, para a lista de candidatura das diversas tipologias, a fim de simplificar os procedimentos administrativos e facilitar a vida aos residentes.

Ao observarmos estes dois concursos, verificamos muitos problemas que merecem avaliação. Muitos residentes candidataram-se às mil e quinhentas fracções T1 consideradas como as que “ninguém quer”, o que demonstra as prementes necessidades habitacionais. Mas o Governo tem sublinhado que restam apenas mil e novecentas fracções de diversas tipologias para candidatura, situação esta equivalente a “apagar o incêndio com um copo de água”. Para além disso, a população preocupa-se com o não haver mais oferta de habitação económica a curto prazo, após este concurso, o que a motivou a lutar pela candidatura. Numa situação de elevação constante dos preços da habitação privada e de falta de oferta de habitação económica, muitos agregados familiares nucleares candidataram-se a um T1 para poderem viver felizes, conseqüentemente, os agregados familiares não nucleares e os candidatos individuais ver-se-ão no grupo de “acompanhar só a corrida”, o que resulta ainda na distribuição desadequada de recursos. Assim, o Governo deve proceder à avaliação destes dois concursos, procedendo, atempadamente, aos reajustamentos da política de habitação pública e à revisão da nova Lei da Habitação Económica, com vista a pôr ordem na desordem e a evitar a repetida distribuição desadequada de recursos.

De facto, não preciso de repetir aqui a gravidade do problema de habitação dos residentes de Macau, e as suas queixas aumentam constantemente devido à incapacidade do Governo na resolução dessa questão. Nos últimos dez anos, o aumento do rendimento dos residentes locais não chegou ao triplo, mas o dos preços imobiliários atinge um décuplo. Perante isto, a posição do Governo continua a ser conservadora, não tomando medidas para controlar o mercado imobiliário. Quanto à oferta de habitações públicas, não há um plano de longo prazo nem calendário, e o Governo limita-se a dizer que vai publicar planos,

atempadamente, só para acalmar os residentes¹. De facto, o Governo só fala e não toma medidas tendo em conta a premência dos residentes. Agora, muitos residentes estão inquietos devido ao problema de habitação, e o trabalho do Governo limita-se a palavras, actuação essa que não corresponde a um Governo que tem por base os cidadãos.

Apesar da vinda de um ano novo, o problema de habitação mantém-se. Volto a exortar o Governo para que o resolva, por várias maneiras e com a cooperação das entidades públicas e privadas. O Governo deve tomar, novamente, medidas para controlar o mercado imobiliário, pois, se continuar a defender o princípio do mercado livre, será um fracasso. Quanto à política de habitação pública, o Governo deve reforçar a sua transparência, esclarecendo o número da futura oferta, e proceder a uma avaliação da Lei da Habitação Económica e da proporção da oferta entre a habitação económica e social, tendo em consideração os novos requerimentos apresentados, no sentido de corresponder aos pedidos dos residentes. Aproveito aqui para fazer uma advertência ao Governo: “Quando a política é favorável aos cidadãos, é boa, mas, quando é contra os cidadãos, deve ser revogada”. As opiniões dos cidadãos reflectem completamente as suas necessidades, e, se o Governo não satisfizer essas necessidades básicas, os residentes não podem partilhar do resultado do desenvolvimento económico, apesar de este apresentar dados brilhantes.

¹ *Today Macao*, 1.ª página, 6 de Dezembro de 2013

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 02.01.2014

A produção de uma nova lei e a definição de uma nova política são sempre algo difícil e complexo. O essencial é determinar, com clareza, o objectivo e posicionamento do regime a criar, bem como a sua necessidade e significado, para com base nisto, definir a orientação política e o respectivo modo de operação. Em paralelo, importa ter em conta a harmonia com os regimes jurídicos em vigor e as práticas do mercado, para que haja complementaridade entre eles, evitando-se a sobreposição de recursos. Isto é também aplicável à política de “terrenos de Macau para os residentes de Macau”.

Olhando para a situação actual de Macau, o mercado imobiliário é composto, essencialmente, por dois tipos de habitação: a pública e a privada. Nos últimos quatro anos, o Governo isentou de renda as habitações sociais, resolvendo assim, praticamente, o problema de habitação dos seus arrendatários. Quanto às habitações económicas, foi já concluída a atribuição de dezanove mil fracções, dando-se assim, início a uma nova fase em que novas candidaturas serão admitidas e a operacionalidade da Lei da Habitação Económica será verdadeiramente testada. No tocante às habitações privadas, sob a implementação de uma séria de medidas e orientações, o mercado está a desenvolver-se de forma estável. Isto demonstra bem que as autoridades competentes têm vindo a ajustar, passo a passo, o mercado da habitação pública e privada, em consonância com as variações económicas e com as dos próprios mercados.

No entanto, surgiu ultimamente uma nova necessidade em termos de habitação. O Governo incumbiu dois estabelecimentos de ensino superior de proceder a estudos sobre a política “terrenos de Macau para os residentes de Macau”, cujo relatório foi já concluído e divulgado recentemente. E independentemente do tipo de habitação, para que todas as referidas políticas sejam concretizadas, a existência de terrenos é um factor imprescindível. Portanto, dispor de um plano bem definido, tanto para as reservas como para a distribuição e utilização dos terrenos, incluindo os desaproveitados a serem retomados pelo Governo e os cinco novos terrenos, é muito mais importante do que definir novas políticas, uma vez que o referido plano é primordial para a concretização de qualquer política habitacional.

Com o cumprimento da lei da habitação pública em vigor e do princípio do papel principal para a habitação social e secundário para a habitação económica, na minha opinião, o Governo deve aperfeiçoar gradualmente o regime de atribuição das habitações públicas, deve ponderar em alargar as funções da habitação social e os seus destinatários, transformando-a numa figura transitória, por exemplo, admitir os jovens como candidatos enquanto não conseguem uma casa no mercado privado. Para além da política “terra de Macau destinada aos residentes de Macau”, as autoridades podem pensar em distribuir habitações aos jovens, arrendá-las aos jovens necessitados, num modelo semelhante ao da habitação social, para os libertar da preocupação da subida das rendas e para

alterar também o seu modo de pensar, nomeadamente quanto à aquisição de casa como seu objectivo primordial. Tudo isto com vista a permitir que os jovens desenvolvam a sua carreira profissional sem interferências e consigam acumular património à custa do seu trabalho até criarem condições para conseguirem uma casa económica e depois chegarem à casa própria no mercado privado. Estas fracções devem ter um prazo de arrendamento limitado, após o qual terão de ser desocupadas, um limite temporal que serve para apressar os jovens a trabalharem afincadamente e a organizarem melhor a sua vida. Por outro lado, como estas fracções podem ser reutilizadas, o Governo pode ainda dispor delas para continuar a ajudar outros jovens necessitados, evitando-se assim dispêndio de recursos públicos.

O que pretendo com isto é que os jovens que querem uma casa saibam que têm de se sacrificar e de trabalhar afincadamente para serem promovidos, nunca devem contar apenas com os recursos públicos, senão, perdem a capacidade concorrencial, pois não há solos que satisfaçam a procura ilimitada. Por outro lado, espero que a promoção da política “terra de Macau destinada aos residentes de Macau” possa resolver, gradualmente, os problemas habitacionais dos residentes, ajudando também alguns grupos que não satisfazem os requisitos para se candidatarem a uma habitação pública, concretizando-se assim a ideia de “toda a gente ter uma casa para viver”. Finalmente, gostaria de dizer que o apelo “terra de Macau destinada aos residentes de Macau” reflecte, efectivamente, a preocupação da sociedade com a indefinição do uso dos solos de Macau e com a perspectiva da aquisição de casa no mercado, por isso, solicito ao Governo que, depois do lançamento da Lei de terras e da Lei do planeamento urbanístico, faça por ficar a conhecer, quanto antes, a tendência da procura de habitação, e proceda a uma melhor planificação da utilização dos terrenos, com vista a disponibilizar mais terrenos para os nossos residentes. Estou crente de que só assim é que as políticas e medidas do Governo podem ser efectivamente postas em práticas, dando assim resposta às necessidades da população.

IAOD da Deputada Chan Hong em 02.01.2014

Proceder melhor às tarefas de planificação para o próximo decénio, definir conjuntamente o quadro político para os serviços de reabilitação

Do Relatório das LAG para o ano de 2014 consta: “*Com o objectivo de promover o desenvolvimento dos serviços de reabilitação a longo prazo, o Governo tem a intenção de definir o respectivo quadro político para o próximo decénio...*”. Os serviços de reabilitação surgiram em Macau há pouco mais de 10 anos e, tendo em conta o rápido desenvolvimento social e o aumento da sua procura, os seus equipamentos e condições complementares necessitam de ser urgentemente optimizados, por isso, neste momento, a definição do quadro político para os serviços de reabilitação é oportuna e necessária. Assim, vou apresentar algumas opiniões e sugestões sobre o assunto.

1. O Governo deve proceder melhor às tarefas relativas aos estudos e à consulta pública

Os serviços de reabilitação abrangem muitas áreas, incluindo clínica, profissional e psíquica, e também de educação especial, capacidade e aptidão física, assistência técnica, cultura e desporto, recreio, etc. Para a definição do referido quadro político, o Governo deve sempre estar a par das reais necessidades dos portadores de deficiência, bem como da sua vida quotidiana, e rever a situação actual dos serviços de reabilitação, procedendo melhor às tarefas relativas à consulta pública e, consoante as exigências desses serviços, nos próximos dez anos, definir uma calendarização para cada objectivo e cada medida a concretizar e a promover.

Por aquilo que sei, o Instituto de Acção Social já iniciou, no ano passado, algumas análises e estudos para indagar as exigências dos portadores de deficiência quanto aos serviços de reabilitação, com vista a recolher dados para a futura definição do respectivo quadro político. Todavia, não sei o resultado destas tarefas, por isso, solicito ao Governo que divulgue, quanto antes, o ponto de situação, para que os residentes sejam informados e possam manifestar melhor as suas opiniões, tudo isto com vista a optimizar também as tarefas relativas à consulta pública.

2. Criar bons mecanismos de comunicação e efectuar bem os trabalhos de planeamento

Para melhor apoiar a reabilitação e reinserção social das pessoas portadoras de deficiência, a Comissão para os Assuntos de Reabilitação discutiu, na 2.^a sessão plenária à porta fechada do corrente ano, a criação do Grupo de Acompanhamento do “Estudo Interdepartamental do Plano Decenal do Desenvolvimento dos Serviços de Reabilitação”, em cooperação com associações cívicas. O coordenador desse Grupo é o Instituto de Acção Social, que se responsabiliza pela definição do “Plano Decenal do Desenvolvimento dos Serviços

de Reabilitação” de 2016 a 2025, o qual servirá de plano concreto de orientação relativo à futura distribuição de recursos desses serviços. O Grupo de Acompanhamento é composto não só por 14 representantes de diversos serviços públicos, mas também por profissionais de mais de 10 instituições que prestam serviços sociais. No corrente mês, o Governo anunciou a criação do “Grupo de Estudo Interdepartamental do Plano Decenal do Desenvolvimento dos Serviços de Reabilitação”, cujo coordenador é o presidente do IAS, composto por 13 membros provenientes de diversos serviços públicos. Segundo as opiniões dos membros da Comissão para os Assuntos de Reabilitação, no plenário da referida Comissão, não se discutiu a criação de um grupo de acompanhamento não governamental, mas sim de um grupo de estudo composto apenas por membros do Governo. Então, qual é o posicionamento e a natureza dos referidos dois grupos de trabalho? Será que há sobreposição a nível estrutural? Espero que o Governo consiga, quanto antes, dar uma explicação sobre o funcionamento concreto dos dois grupos de trabalho e os bons mecanismos de comunicação a criar, por forma a maximizar as respectivas funções, em prol do desenvolvimento dos trabalhos do plano decenal dos serviços de reabilitação.

O Quadro para a Política Relativa ao Plano Decenal do Desenvolvimento dos Serviços de Reabilitação desempenha um papel extremamente importante. A definição e implementação do “Plano Decenal” irão elevar, mais uma vez, o nível de qualidade dos serviços de reabilitação e diversificar as suas formas de prestação. Solicito ao Governo para dar a devida atenção ao assunto e reforçar a comunicação com a sociedade e com o sector dos serviços sociais, em prol da criação conjunta de um futuro melhor para os serviços de reabilitação.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 02.01.2014

Solicitação ao Governo para haver um bom planeamento na construção do Hospital das Ilhas e ficar garantida a qualidade dos serviços de cuidados de saúde das Ilhas durante a prorrogação das obras

Exmo. Sr. Presidente,
Caros colegas,

Com vista a aperfeiçoar o sistema de saúde de Macau, foi criada, em 2011, a Comissão de Acompanhamento da Rede de Infra-estruturas do Sistema de Saúde. Nesse ano, foi até publicado pelo Governo o início formal das obras de aterro e terraplanagem e de elaboração do projecto de concepção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, prevendo-se que esses trabalhos estivessem concluídos em 2013, e estimou-se que a primeira fase de construção poderia ser concluída até 2015, com oferta de 100 camas na Sala de Urgência, expectando-se que as outras obras estivessem terminadas antes de 2020. Contudo, em Maio de 2012, a Administração publicou a fusão das duas fases das obras, devido a ter subestimado a duração da construção e à desadequação do plano previsto, assim, a conclusão da construção das Instalações de Urgência vai ser prorrogada até 2017.

Essas alterações levaram a que o Governo tivesse de adoptar uma série de medidas para sanar as inconveniências causadas. Por exemplo: a prestação do serviço de urgência aos cidadãos das Ilhas no Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau; a entrada em funcionamento do Posto Provisório de Saúde em Seac Pai Van, do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário e do Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo, em meados do próximo ano. Mas só a criação do Posto Provisório de Saúde em Seac Pai Van é que se tratou de uma nova medida, pois os outros postos ou centros já existiam, por isso, o que o Governo fez não contribuiu muito para sanar a inconveniência causada.

Na realidade, com o início da utilização das fracções públicas em Seac Pai Van, a procura dos serviços de cuidados de saúde desta zona aumentou rapidamente. Em coordenação com a construção do referido Complexo, o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (GDI) vai realizar o tratamento de solos para as obras de fundação num terreno sito no Cotai, após a realização do acto público de abertura de propostas para a empreitada em causa, mas, com o aumento dos custos e com a prorrogação da duração das obras de construção, e considerando ainda que as obras de fundação vão estar concluídas no primeiro ou segundo trimestre de 2016, a promessa do Governo de que todas as construções vão estar concluídas e de que os serviços médicos deste Hospital começam a ser prestados antes de 2017 consegue ser concretizada?

Os serviços prestados pelo Posto Provisório de Saúde de Coloane Seac Pai Van não conseguem satisfazer as necessidades dos residentes. Segundo alguns,

o horário de funcionamento é reduzido e a quantidade das consultas médicas proporcionadas é limitada; e o horário de prestação de serviços do Posto de Saúde de Coloane tem vindo a ser encurtado, o que obriga os doentes a correrem de um lado para o outro à procura de consultas. Alguns residentes apontaram ainda que o Governo destacou médicos do Posto de Saúde de Coloane para o referido Posto Provisório de Seac Pai Van e afirmou que os residentes de Coloane poderão deslocar-se a esse Posto Provisório para consultas, prática essa que os leva a pensar que o Governo está a “desmantelar a parede do Este para reparar a parede do Oeste”, facto que constitui uma complicação para os residentes de Coloane, para além de não conseguir resolver pela raiz a dificuldade de assistência médica dos residentes das habitações públicas de Seac Pai Van. Assim, os residentes das duas zonas não vão conseguir obter assistência médica no seu bairro comunitário, o que constitui um grande incómodo. Esta situação já despertou a atenção do Conselho Consultivo de Serviços Comunitários das Ilhas. A situação dos dois postos de saúde de Coloane demonstra que houve falta de pormenor no planeamento dos serviços de cuidados médicos das Ilhas.

Aquando da apresentação do “Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde”, o Governo afirmou que ia reforçar as acções de formação de médicos de clínica geral e de médicos especialistas, prevendo formar, segundo os seus planos, até 2015, 180 médicos de clínica geral e 150 médicos especialistas; e que os dois institutos de enfermagem iam, tendo em conta o desenvolvimento dos cuidados médicos, aumentar as respectivas vagas para candidatos. Anualmente, muitos estudantes locais tiram uma especialidade de medicina em instituições de ensino superior do exterior e, quando regressam, não conseguem aceder directamente às acções de formação em Macau, facto que leva os finalistas de medicina que aqui regressam a não conseguirem ingressar na nossa equipa médica. Por outro lado, há falta de acções de formação localizada e regime de credenciação para três tipos de terapeutas, por forma a acompanhar o desenvolvimento do sistema de saúde. Trata-se, pois, de um assunto que merece a nossa atenção.

Assim, proponho o seguinte:

1. A construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas não só tem um papel relevante para a Taipa e Coloane, com uma população cada vez mais crescente, mas também para o funcionamento equilibrado, através de uma melhor distribuição de funções, de todo o sistema de saúde, trazendo maiores facilidades aos seus utentes. As obras de construção, conforme as autoridades, vão decorrer numa única fase, com conclusão prevista em 2017, em vez de duas, porque não esperavam que o planeamento por duas fases levasse tanto tempo. Assim, proponho que seja bem agarrado o tempo para a implementação do projecto de construção, de forma a evitar o registo de mais atrasos que afectem o andamento do Projecto de Melhoramento das Infraestruturas do Sistema de Saúde. E mais, que o seu orçamento seja rigorosamente elaborado e haja uma monitorização mais apertada para evitar derrapagens financeiras com atrasos e obras a mais.

2. Face às dificuldades com que os moradores das Ilhas se confrontam, especialmente os das habitações públicas de Seac Pai Van, em termos de acesso aos cuidados de saúde, proponho que seja alargado o horário de funcionamento do Posto de Saúde de Coloane e do Posto Provisório de Saúde de Seac Pai Van, para assegurar a prestação de serviços de cuidados de saúde com ou sem consulta marcada, e acelerada a construção do novo Centro de Saúde das Ilhas.

3. Perante a falta de pessoal na área da saúde, além do reforço da formação de médicos e enfermeiros, proponho a implementação, o quanto antes, do regime de credenciação dos profissionais de saúde e o planeamento dos recursos humanos, promovendo, em conjunto com as instituições de ensino, planos de formação para suprir as faltas ora existentes nesta mesma área.

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

Este é o primeiro Plenário de 2014. O ano de 2014 será o ano de recondução do mandato do actual Chefe do Executivo. Recordamos que em 2009, o actual Chefe do Executivo através da sua Plataforma de Candidatura prometeu o seguinte: **“É indispensável encorajar vigorosamente a adequada diversificação económica, reformar a administração pública e construir um governo limpo, honesto e eficiente o que constitui não somente uma base para melhorar a legalidade como também uma articulação decisiva para elevar a qualidade dos serviços.”**

Volvidos cerca de 5 anos, a RAEM continua cada vez mais dependente das receitas do Jogo e a diversificação económica mais parece uma **“miragem”** do deserto. As pequenas e médias empresas tradicionais sofrem enormes dificuldades de sustentabilidade face aos elevados preços de arrendamento. Nos últimos (5) cinco anos, a reforma na administração pública cingiu-se a meros remendos na legislação deixando muitos problemas por resolver. Talvez se considere reforma da administração pública a recente proposta de dupla actualização de vencimentos dos titulares dos principais cargos, compensação pecuniária de milhões de patacas pelo exercício das referidas funções e a subvenção vitalícia.

Relativamente à construção do governo limpo, honesto e eficiente, a RAEM não figura nem sequer nos primeiros (50) lugares, onde a Singapura ocupa o 5º lugar e a RAEHK o 15º lugar. De acordo com a **“ Corruption Perceptions Index 2013”** a Nova Zelândia e a Finlândia lideram o **“ranking”**, seguidos da Suécia, Noruega e Singapura. Este baixo posicionamento tem a ver com a falta de responsabilidade de alguns titulares dos principais cargos, o despesismo das verbas públicas, a falta de transparência governativa e ineficiência da máquina administrativa que são alguns dos principais problemas de governação e que afectaram a imagem da RAEM nos últimos 5 anos.

O Chefe do Executivo também prometeu o seguinte em 2009 através da sua Plataforma de Candidatura **“Unificaremos os direitos e as obrigações dos funcionários públicos, para que qualquer um deles seja justamente tratado e beneficiado, sem distinção do seu departamento nem do regime de nomeação.”**

Nos últimos 5 anos, o Governo foi prolífero na discriminação dos funcionários. Um simples exemplo serve para perceber melhor a discriminação maciça dos trabalhadores nomeadamente no tocante ao regime de destacamento, transferência e requisição que só são operadas com sucesso desde que haja **“padrinhos”** ou **“madrinhas”** enquanto à maioria dos trabalhadores lhes é vedado o sistema.

Mas há muitos mais tipos de discriminação em função da **“protecção”** que tenham e que resulta na tomada de decisões no caso concreto ou **“compadrio”**. Há muitos casos, por um simples desleixo do dirigente este é imediatamente **“escovado”**, enquanto outros que

cometem erros graves, mas devido ao “**compadrio**”, permanecem intacto nos lugares com protecção e direito de medalhas de louvor público. Recorde-se por exemplo o caso da ex-Subdirectora da Direcção dos Serviços de Finanças que por caso de um bule no valor de poucas centenas de patacas, adquirido após a hasta pública, foi-lhe instaurado um processo disciplinar e destituída do cargo de direcção. Da mesma forma foram instituídos processos disciplinares aos Presidente e Vice-Presidente do IACM por haver matéria em sede disciplinar que ainda estão a ser julgados no Tribunal.

O escândalo relacionado com o actual Comandante do Corpo dos Bombeiros, perante as graves irregularidades tornadas públicas pelo CCAC, o Secretário para a Segurança entendeu que não seria “**conveniente**” instaurar um processo disciplinar na sequência do relatório do CCAC. Afinal a Administração Pública age por critérios subjectivos e pessoais de conveniência? Muitos cidadãos perguntam quais os critérios na instauração de processos de averiguação e disciplinares para os cargos de dirigentes e chefias? Que critérios são estes de conveniência? Não estaremos aqui perante mais um caso de abuso de poderes públicos? Mas a responsabilidade não é só do Secretário para a Segurança mas também do Chefe do Executivo. Se não vejamos.

Nos termos do artigo 45º da Lei Básica, o Chefe do Executivo é o dirigente máximo da RAEM. Nos termos do artigo 354.º do ETFPM o Chefe do Executivo pode ordenar inquéritos e sindicâncias. O Chefe do Executivo pode inclusivamente ordenar processos de averiguações nos termos do artigo 357.º do referido Estatuto. O Chefe do Executivo, como dirigente máximo, não deve ficar alheio e impávido quanto à decisão do Secretário de Segurança sobre o incorrecto comportamento do Comandante do Corpo dos Bombeiros denunciado publicamente anos atrás e recentemente pelo Comissariado Contra a Corrupção. O que o Chefe do Executivo não pode “encolher os ombros” ou esquivar de assumir as responsabilidades legais acima referidas “chutando-as” para os Secretários.

O que é totalmente inaceitável por parte de um Chefe de Executivo, que por vontade subjectiva individual de conveniência do Secretário da Segurança não se apure a verdade dos factos por entidade idónea e independente nos termos do ETFPM. E este poder e competência pertence em última instância ao Chefe do Executivo para mandar averiguar a verdade dos factos em defesa do bom nome e imagem do Governo da RAEM.

Por isso, neste momento, muitos cidadãos estão muito preocupados e questionam como serão escolhidos os novos Secretários que entrarão em funções em 2014 face aos sucessivos escândalos que foram aparecendo desde o estabelecimento da RAEM envolvendo alguns dos titulares dos principais cargos públicos, por exemplo os escândalos de “Ao Man Long”, o caso das 10 sepulturas e a recente protecção apadrinhada do Secretário da Segurança ao Comandante do CB. Especula-se que algumas pessoas já foram convidadas para o exercício dos cargos de Secretários.

A escolha dos Secretários para o próximo mandato do Chefe do Executivo é importante e crucial para parar com a quebra da qualidade de vida dos cidadãos. Neste momento, os cidadãos sofrem com a poluição ambiental, elevado valor de rendas e preços de habitação, transporte públicos deficientes, falta de qualidade de saúde pública, falta de creches, asilos, trânsito caótico, administração pública podre deficiente por dentro, trabalhadores da administração pública sem garantias para aposentação e muitos mais problemas sociais. O Governo limita-se a passar os cheques anuais de compensação pecuniária que vai aumentando de valor à medida que a qualidade de vida dos cidadãos vai deteriorando-se.

No próximo ano, vai haver a eleição do novo Chefe do Executivo e com a actual estrutura da Comissão Eleitoral, o actual Chefe Executivo vai continuar a governar a RAEM por mais 5 (cinco) anos. A população de Macau tem todo o direito de saber quais os critérios de escolha dos secretários que o Chefe do Executivo irá convidar para fazer parte do elenco governativo, porque não queremos que Macau continue nas mãos de alguns dos principais titulares que não têm capacidade nem competência para resolver os principais problemas de sobrevivência dos cidadãos de Macau.

É altura de acabar com o monopólio dos cargos de Secretários. É altura de haver uma mudança, é altura de dar os lugares aos jovens e formar os Talentos. A RAEM precisa de ter Secretários competentes para resolver os problemas dos cidadãos e não os que permanecem sempre dentro dos Gabinetes a “despachar” os documentos ignorando a realidade social e o sofrimento dos cidadãos.

O Deputado da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 02 de Janeiro de 2014.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 02.01.2014

Para que Macau se torne numa cidade turística internacional, deve ser criado um ambiente agradável para viver. Se a qualidade do ar, que é essencial, for má, este *slogan* não passa de um ideal.

Em 2011, realizou-se em Hong Kong um inquérito comparativo sobre a qualidade do ar, apurando-se que Macau é a segunda pior cidade do mundo quanto a isso. Passados uns anos, a situação mantém-se. Nos últimos dois meses, houve 25 dias em que a qualidade do ar registada foi negativa, ou seja, em cada dois dias, um apresentou ar de má qualidade e até se notou bruma seca. Uma das razões para isso é o tempo de Inverno e as influências provenientes das regiões vizinhas, mas não podemos esquecer que Macau é uma cidade turística e a poluição industrial produzida é relativamente pouca, por isso, a maior parte das substâncias poluidoras vem da emissão dos gases de escape dos veículos. O rápido aumento do número de veículos pesados tornou cada vez pior a qualidade do ar. Se a emissão de gases de escape pode gerar uma poluição a este nível, então podemos imaginar a gravidade da situação!

Merece realçar o seguinte: neste momento, os veículos importados têm de respeitar as normas internacionais de emissão de gases de escape. Mas o estranho é: apenas alguns veículos dispõem da indicação expressa de aprovação na inspecção, conforme os parâmetros da União Europeia relativos à emissão de gases, o que não acontece com outros veículos pesados. Pode constatar-se ainda que muitos veículos libertam fumo negro quando estão a circular, situação extremamente chocante e que obriga os residentes e os outros condutores a manter uma certa distância. Assim sendo, muitos residentes questionam sobre o seguinte: será que os actuais veículos importados respeitam realmente as normas legais de emissão de gases de escape? Como é que o Governo autorizou a importação desses veículos? Será que existem lacunas na actual legislação?

Nas LAG para o próximo ano, o Governo afirma que vai implementar o plano de apoio financeiro para a eliminação dos veículos altamente poluentes e o seu abate de forma faseada. Mas há que ter em atenção o seguinte: existe a possibilidade de alguém, intencionalmente, comprar no exterior veículos velhos altamente poluentes para conseguir obter o referido apoio financeiro e sair daí beneficiado. Assim sendo, há necessariamente que ter cautela quanto a esse assunto, por forma a evitar a prática de actos ilícitos.

A área de Macau é limitada. Numa terra com 30 Km² existem 220 mil veículos, número esse que tende ainda a aumentar de ano para ano. Numa situação em que a área não aumenta, mas o número de veículos cresce significativamente, eleva-se a densidade das partículas em suspensão no ar, o que agrava a poluição atmosférica. Logo no início, os residentes até estavam dispostos a recorrer aos transportes públicos, mas, como o Governo falhou na implementação da política de primazia do transporte público e os principais dirigentes são incompetentes, os cidadãos acabaram por perder a confiança nos autocarros e resolveram

deslocar-se de forma mais cara, isto é, nos seus veículos particulares. Assim sendo, o Governo deve necessariamente aperfeiçoar, quanto antes, a sua política de transportes públicos.

IAOD do Deputado Au Kam San de 02.01.14

No final de 2012, o segundo comandante do Corpo de Bombeiros (CB), Lei Pun Chi, apresentou uma acção junto do tribunal, alegando que o comandante do CB, Ma lo Weng, exercia retaliações e perseguições contra ele e que, sem justificação, o retirou das funções que assumia, o que o deixou num sofrimento físico e psicológico. Segundo a petição, o comandante exclui as pessoas que não lhe obedecem, coloca-as em lugares sem importância, retira-lhes poder, exerce retaliações e actua como se fosse um rei. Mas a acção não foi julgada procedente pelo tribunal administrativo. O que significa isto? Significa que não aconteceu nada?

Segundo o acórdão do tribunal administrativo, a actuação dos responsáveis do CB é duvidosa, por exemplo, o autor foi retirado do comando para assumir, sozinho, funções no posto operacional do antigo edifício do CB situado na Estrada do Repouso, decisão esta que não corresponde ao que exige a boa gestão de recursos humanos, nem favorece o funcionamento da corporação em geral. Perante uma corporação altamente disciplinada em que as categorias e funções são rigorosamente hierarquizadas, o tribunal não percebe porque é que os registos de entrada e saída do autor, que é um dirigente, foram fiscalizados pelo chefe do posto operacional de categoria mais baixa. Apesar da dificuldade de provar os prejuízos causados à pessoa e dignidade do autor, trata-se, como é evidente, de uma actuação inadequada por parte do CB. Segundo o mesmo acórdão, embora o réu tenha ganho a acção, os conflitos internos na direcção e chefia da corporação em causa e a forma de gestão prejudicam, de certa forma, a confiança dos residentes no pessoal de direcção e chefia do Governo da RAEM. E isto tem consequências negativas para o Governo da RAEM.

Uma vez que são tantas as irregularidades por parte da corporação em causa, porque é que o tribunal não deu razão ao autor? Porque estamos perante uma acção cível, com a qual se pretende exigir uma indemnização por danos. E para que lhe seja dada procedência, é necessário provar que o réu praticou o facto e que o autor sofreu danos, e o mais relevante é ser capaz de provar que entre o facto e o dano existe um nexo de causalidade. Ora bem, o Tribunal Colectivo conseguiu provar a existência das irregularidades e concordou com o facto de que o autor sofreu, efectivamente, danos, mas não teve argumentos suficientes para provar o nexo causal entre o facto causador e os danos. Portanto, o autor acabou por perder a causa. Mas nós não podemos nunca ignorar a existência deste caso.

No julgamento, o Sr. Lei Pun Chi, autor, alegou que o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) já tinha concluído em 2012 um relatório de investigação sobre a sua queixa, relatório esse que ele também entregou ao Tribunal Administrativo. Só que este relatório do CCAC demorou muito tempo até ser publicado. Segundo este Comissariado, durante a investigação foram descobertas certas infracções e

irregularidades administrativas, bem como faltas ao nível da conduta. Por esta razão é que no relatório se sugere ao Secretário para a Segurança a instauração de um processo disciplinar (processo de inquérito e de sindicância) contra o pessoal de Direcção do Corpo de Bombeiros (CB). Como o processo disciplinar tem natureza confidencial, o CCAC decidiu não divulgar ainda o respectivo relatório.

Mas, o Secretário para a Segurança recusou aceitar a sugestão de instauração do processo disciplinar contra o Comandante do Corpo de Bombeiros, e resolveu o caso por si, às escondidas. Quando questionado pelo público, mentiu, afirmando que o caso foi resolvido segundo o parecer do CCAC. Mas o que o CCAC aconselhou foi a instauração de processo disciplinar que foi ignorado pelo Secretário, que considerou o processo desnecessário antes de ter havido lugar a qualquer averiguação. A população ficou espantada com este protecționismo por parte do Secretário e, de seguida, o CCAC, num procedimento raro desta entidade, apresentou um novo relatório no qual respondia, contestando ponto por ponto, a actuação do Secretário. A maior foi surpresa foi a justificação dada pelo Secretário, ao alegar que o Comandante não devia ser objecto de processo disciplinar pelo facto de comandar uma corporação com mais de um milhar de efectivos. Todos somos iguais perante a lei e este deve ser o valor nuclear de qualquer sociedade de Direito. No entanto, vemos agora que alguém não é averiguado em processo disciplinar por comandar um serviço com mais de mil efectivos, e fomos ainda mais surpreendidos pelo facto de esta justificação para a imunidade disciplinar ter saído da boca de um titular de um cargo principal do Governo.

Em face desta protecção arrojada pelo Secretário para a Segurança, a resposta do CCAC foi a divulgação completa do relatório, seguida de uma contestação, ponto por ponto, dos argumentos do Secretário, num procedimento considerado raro desta entidade anti-corrupção, que só revela a gravidade do problema. Depois do sucedido, a opressão sobre os subordinados pelos superiores hierárquicos na corporação em causa não diminuiu em resultado da sentença favorável do Tribunal Administrativo e da investigação realizada pelo CCAC, antes pelo contrário, agravou-se ainda mais. Lei Seng Chi foi transferido para outro serviço para fugir da opressão, mas os colegas que testemunharam a seu favor no Tribunal Administrativo e no CCAC transformaram-se imediatamente em objecto de opressão, exclusão e afastamento. O CCAC também começou a receber queixas deles, mas à semelhança do caso de Lei Seng Chi, se o Secretário continuar a proteger os seus subordinados directos, o CCAC não pode fazer mais do que elaborar relatórios, uns a seguir aos outros, para ajudar os queixosos. Como já sabemos, um dirigente de um serviço sujeitar um subordinado a opressão, exclusão e afastamento implica um maior dispêndio de recursos ao nível do funcionamento do serviço, o que só irá afectar gravemente o seu normal funcionamento. Como conclui o CCAC na sua análise, constante do relatório sobre a resposta dada pelo Secretário: *“Pelo exposto, o CCAC considera que a resposta do Secretário para a Segurança não apresenta suficiente*

fundamentação. Para além disso, foram recebidas, nos últimos meses, pelo CCAC, alguma queixas sobre a gestão e o funcionamento do CB. O CCAC entende que os problemas indicados no presente relatório não foram ainda completamente resolvidos, assim, podem os mesmos continuar a impedir o normal funcionamento do Serviço, impedindo que aquele Serviço actue dentro das suas atribuições nos termos da lei e em respeito pelos procedimentos legais (nomeadamente o serviço público prestado pelo Corpo dos Bombeiros, entidade pública que desempenha um papel importante na sociedade). Por isso, o CCAC decide publicar o relatório, com vista a que a entidade tutelar consiga resolver em concreto os vários problemas existentes no Corpo dos Bombeiros”. Mas mesmo com esta resposta do CCAC, parece que o Secretário insiste no seu proteccionismo.

Enquanto deputado, devo encarar seriamente esta questão. Aliás, são frequentes os casos de repressão em diversos serviços públicos, e nas Forças de Segurança, devido ao individualismo e à cultura de compadrio, a promoção ou a atribuição de prémios depende do grau de amizade com os diferentes grupos existentes nas corporações, em vez de se basear na capacidade e desempenho, factor este que determina também se um agente é marginalizado ou reprimido. O caso em análise e os problemas que este revela constituem uma mensagem de alarme para o Governo da RAEM.

O CCAC, no seu relatório de investigação, propõe ao Secretário para a Segurança a instrução de um processo disciplinar contra o Comandante do CB, nos termos do n.º 2 do artigo 354.º (realização de inquéritos e sindicâncias) do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau. Se o Secretário insistir no encobrimento do Comandante, deve então o Chefe do Executivo intervir, uma vez que, ao abrigo daquela disposição legal, “O Governador (Chefe do Executivo) *pode ordenar inquéritos e sindicâncias*”. Portanto, o Chefe do Executivo deve exercer as suas atribuições, ordenando directamente o levantamento do tal processo disciplinar contra o dirigente do CB, por forma a apurar a veracidade do caso e as respectivas responsabilidades, impedindo que o problema se agrave.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 02.01.2014

Em Outubro de 2009, o Secretário para a Economia e Finanças teve uma reunião com as empresas concessionárias do jogo para discutir sobre a responsabilidade social que o sector dominante deve assumir, e solicitou a saída dos centros de apostas dos bairros residenciais. Mas só em Novembro deste ano, ou seja, ao fim de quatro anos, é que se viu, finalmente, cinco centros de “slot machines” serem retirados de bairros residenciais, apesar de muitos outros centros de apostas continuarem ainda a funcionar. Há dias, soube-se, repentinamente, que se ia testar o funcionamento de um centro de “slot machines” no antigo Hotel Cantão, no Porto Interior.

Solicito ao Governo que inicie, de imediato, conversações com as empresas do jogo, no sentido destas cumprirem, efectivamente, as suas responsabilidades sociais, em vez de utilizarem truques para inserirem novamente os centros de “slot machines” nos bairros residenciais.

O Governo da RAEM deve dialogar com estas empresas no sentido de reforçar a saída dos centros de apostas dos bairros residenciais, criando-se assim “bairros residenciais livres de jogo”, para além disso, como neste momento apenas existem meras políticas, deve ser criada legislação, para garantir que os centros de apostas e de “slot machines” saiam, efectivamente, dos bairros residenciais e se evitem confusões.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun de 02.01.14

De acordo com as notícias, segundo a Direcção dos Serviços de Meteorologia, no início do mês passado a qualidade do ar em Macau classificava-se de insalubre, encontrando-se esta pequena cidade coberta por nevoeiro fotoquímico (*smog*). Na China Continental a situação é ainda pior, pois segundo as autoridades meteorológicas da China, no corrente ano registou-se o número máximo de dias de *smog*, em comparação com os números registados ao longo dos últimos 52 anos, daí podermos encontrar muitas pessoas com máscara no caminho para o emprego, no metro e em lugares de grande movimento. Esta situação é bastante assustadora! A poluição atingiu um nível bastante grave, mas estará o público preocupado com as fontes desta poluição?

Segundo peritos e académicos, esta situação deve-se à suspensão de poluentes no ar que diminuem a visibilidade para menos de 10 Km. O PM 2.5 é o factor principal deste tipo de nevoeiro. Quando a poluição se mantém estável mas aumenta a emissão de fumos dos veículos e das fábricas que produzem electricidade, se os poluentes em suspensão entrarem em contacto com água transformam-se em nevoeiro fotoquímico. Segundo um estudo, o controlo deste tipo de nevoeiro passa pelo controlo do desenvolvimento da indústria em geral e da indústria relacionada com o carvão, incluindo o processo de incineração de substâncias químicas e, ainda, pelo controlo da qualidade do gasóleo e das respectivas emissões. Segundo o relatório desse mesmo estudo, a dimensão de PM 2.5 é muito pequena, consegue absorver substâncias venenosas e tem grande capacidade de infiltração, penetrando no corpo humano através das vias respiratórias e pulmões, afectando todo o sistema e provocando doenças respiratórias e cancro de vários tipos.

Peritos e académicos afirmam que apenas 10% da poluição do ar de Macau provém do exterior, sendo os veículos o meio mais poluente, portanto, não se pode negligenciar o problema da poluição local. Recentemente, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental referiu que o Governo vai resolver a questão da poluição dos veículos, nomeadamente, aumentando a fiscalização dos níveis da qualidade do ar e controlando as principais fontes de poluição, com vista a melhorar a qualidade do ar. A poluição que existe em Macau provém dos escapes dos veículos e não da indústria, assim, o Governo deve resolver a questão da fonte de poluição, acelerando os trabalhos legislativos sobre o controlo da poluição provenientes dos escapes dos veículos, assim como incentivar a utilização de novas tecnologias limpas, nomeadamente o gás natural, em detrimento das antigas, em que 60% utilizam o carvão, com vista a diminuir o nível da emissão de gases poluentes e a poupar energia. O Governo deve ainda melhorar os transportes públicos, e ser o primeiro a dar o exemplo, utilizando meios de transporte ecológicos. Peritos e académicos afirmam que desde a revolução industrial que não existem meios para diminuir os níveis de concentração de PM2.5. Assim, para além de acelerar os trabalhos legislativos

sobre o controlo da poluição, há ainda que aumentar a aplicação da lei, combatendo a poluição ilegal, nomeadamente, multando os *shuttle-buses* dos casinos que emitem fumos negros e, ao mesmo tempo, esperar que seja a natureza a eliminar, por si, a poluição. É esta a única solução.

Peritos e académicos afirmam que é grande a relação entre as áreas verdes e os níveis de concentração de partículas poluentes na atmosfera, por exemplo, 1 metro quadrado de área verde pode absorver 20 quilogramas de dióxido carbono. Assim, quanto maior for a área verde menor será a concentração de partículas poluentes. Numa zona com 98% de áreas verdes, a densidade das partículas poluentes é equivalente a 16% da densidade das partículas poluentes numa zona com 5% de áreas verdes, e relativamente a uma zona com 33% de áreas verdes, essa densidade é equivalente a metade. Estabelecendo a comparação entre esta zona com 33% de áreas verdes e uma outra com 5%, então, a densidade das partículas poluentes atinge os 59%. A arborização tridimensional consegue aliviar a poluição atmosférica das cidades e beneficiar o ambiente, por exemplo, a criação de zonas verdes perpendiculares e de terraços verdes nos edifícios, sendo estas as melhores soluções para os locais onde os recursos de solos são escassos. A arborização tridimensional pode “abafar” a poluição sonora e as folhas conseguem captar o pó e as partículas poluentes, os caules podem conservar as águas pluviais nas épocas em que a pluviosidade é maior e utilizar a água armazenada em épocas secas, assim como podem ajustar a temperatura e a humidade do ar, aliviando o efeito ilha de calor.

Sabe-se que são muitas as vantagens da arborização tridimensional, mas devido às limitações dos actuais diplomas legais, a taxa de generalização deste tipo de arborização é ainda relativamente baixa. Por exemplo, o “Regulamento Geral dos Espaços Públicos” restringe a plantação e colocação de plantas nas passagens para peões e nas paredes exteriores das fracções habitacionais e dos estabelecimentos comerciais, e o “Regulamento Geral da Construção Urbana” restringe a altura dos edifícios e a arborização nos terraços dos edifícios. Nos países desenvolvidos, nomeadamente no Japão, na Alemanha, etc., os governos adoptam medidas para incentivar a arborização tridimensional e até chegam a obrigar à criação de uma certa área de arborização tridimensional nas edificações urbanas a construir. Assim sendo, solicito ao Governo da RAEM para ter em conta a experiência de outras cidades e países desenvolvidos e para, no decorrer da revisão da actual lei ou antes da implementação de uma nova lei, promover a arborização tridimensional junto da população e incentivá-la a tomar a iniciativa de o fazer, podendo começar por ser o Governo a dar o exemplo, incluindo a arborização tridimensional nos projectos de obras públicas.

Neste momento não é ainda possível resolver a poluição a partir da sua fonte, porque Macau é uma cidade de consumo. Mas, para resolver o problema da libertação de poluentes, o Governo pode aplicar sanções mais duras para os casos de incumprimento, bem como aperfeiçoar o sistema de trânsito, tomando a iniciativa de avançar com as deslocações ecológicas e incentivando a nossa

população a utilizar produtos ecológicos. Deve ainda acelerar os trabalhos de produção legislativa e de aperfeiçoamento da nossa legislação, e tomar a iniciativa de promover a arborização tridimensional. Se toda a sociedade de Macau conseguir dar as mãos para acabar com a poluição atmosférica, será possível, muito em breve, concretizar o objectivo de transformar Macau numa cidade com condições para se viver.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 02.01.2014

No relatório das LAG para o corrente ano, o Chefe do Executivo refere que orientado pelo conceito básico de “Construir Macau através da formação de talentos”, o Governo empenhar-se-á na promoção do desenvolvimento educativo, fundamental para a formação de talentos. O Governo pretende formar talentos de qualidade, assim sendo, o desenvolvimento adequado da educação familiar, o aumento de investimento em recursos, o desenvolvimento da educação moral, etc., são factores indispensáveis.

Acredito que todos já conhecem a história da mãe de Mencius, que mudou de casa três vezes até encontrar o lar adequado para o seu filho, isto demonstra que esta mãe sabia da importância que um bom ambiente tem para a educação do seu filho. Trata-se de uma teoria que se aplica, do mesmo modo, ao nosso Governo, quando este pretende empregar os seus maiores esforços na formação de talentos. As bibliotecas são locais onde os estudantes podem ler e procurar o conhecimento, assim sendo, há que maximizar as funções das bibliotecas, por forma a satisfazer, dentro do possível, as necessidades dos leitores. Mas segundo muitos residentes, a biblioteca central já está saturada, e não consegue dar resposta às reais necessidades. Para além disso, a localização, o design das nossas bibliotecas assim como a variedade do seu espólio, entre outros factores, ainda estão muito aquém da realidade dos territórios vizinhos. Veja-se o exemplo da Biblioteca Central de Macau, que tem três pisos mas onde faltam sempre lugares. Segundo muitos estudantes, mal chegam àquela biblioteca, depois das aulas, os lugares estão todos ocupados, e como a referida biblioteca é muito frequentada, muitas vezes a oferta de publicações e de recursos não consegue satisfazer a procura, alguns leitores que pretendem requisitar um livro que seja muito procurado têm que esperar um mês, devido ao reduzido número de livros em stock.

Uma outra questão que preocupa os residentes é o horário de funcionamento das bibliotecas. Segundo alguns pais, as bibliotecas fecham às 8 horas da noite, algumas até fecham antes, às 7 horas da noite, portanto, os seus filhos já não conseguem estudar nem fazer consultas nas bibliotecas depois do jantar, e a alternativa é saírem com os colegas e estudar nos restaurantes de “fast food” ou noutros locais. Com esse ambiente de aprendizagem, como é que será possível aumentar o nível dos nossos estudantes! Nos territórios vizinhos, tais como, Guangzhou, Hong Kong, Taipei, etc., as bibliotecas fecham muito mais tarde do que as 7 bibliotecas existentes em Macau. Neste momento, as bibliotecas de algumas universidades de Macau fecham, o mais tardar, à meia-noite, o que demonstra como é relativamente significativa a procura de bibliotecas durante a noite.

Como se costuma dizer, “para se poder fazer bem, há que ter meios”, portanto, é premente otimizar os recursos das bibliotecas. Espero que, tendo como ponto de partida os actuais recursos, o Governo melhore as instalações físicas e os recursos humanos das bibliotecas, de forma a criar um ambiente propício ao

estudo e a satisfazer as reais necessidades dos residentes, assim como que estenda o respectivo horário de funcionamento, de forma a que os alunos possam tirar o máximo proveito do ambiente de estudo que as bibliotecas devem proporcionar.

Com vista a satisfazer as necessidades culturais e de autovalorização dos residentes, o Governo prometeu construir uma Biblioteca Central Polivalente, projecto em relação ao qual não se tem visto qualquer avanço ao longo destes anos. Para além disso, a Biblioteca Central da Taipa ainda se mantém fechada ao público. Portanto, gostaria que o Governo ou as autoridades responsáveis me respondessem quando é que estas duas Bibliotecas vão entrar em funcionamento, com vista a satisfazer as necessidades dos residentes.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 02.01.2014

Sobre jovens talentos

Diz o povo que “os heróis nascem da juventude”, isto é, a formação de talentos tem que se iniciar a partir da juventude. Ultimamente, o Governo tem tido bastantes iniciativas em relação aos jovens e à política de talentos: apresentou, nas LAG, programas de formação de elites, de quadros especializados e técnico-profissionais; no final do mês passado, divulgou a Política de Juventude de Macau, onde se realça a formação de talentos; vai criar, em breve, a Comissão de desenvolvimento de talentos. Daí se vê que os trabalhos sobre jovens e a formação de talentos serão uma prioridade da acção governativa, em relação à qual gostaria de manifestar algumas ideias.

1. De acordo com a Política de Juventude, existem em Macau 160 mil jovens, que representam 29 por cento da população. Estes são o futuro do País e da RAEM, no meio dos quais serão encontrados talentos. A Política de Juventude foi publicada após um longo período de preparação, auscultação e revisão, prática essa bastante pertinente. No entanto, não deixa de ser um enquadramento, em torno do qual precisa o Governo de definir e implementar medidas concretas para a formação, educação e desenvolvimento dos jovens. Sugiro ao Governo que intensifique a interacção com as associações juvenis, permitindo que estas participem e desempenhem o seu papel fiscalizador, fazendo com que a Política de Juventude surta os seus efeitos.

2. Recentemente, uma associação publicou um inquérito sobre os níveis de satisfação dos jovens em relação às Linhas de Acção Governativa. A política que conseguiu melhor classificação é a “formação de talentos”, assim como também estão satisfeitos com o programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo promovido anteriormente, o qual teve um *feedback* muito positivo da sociedade. No mês passado, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude publicou o relatório intermédio de avaliação do referido programa de desenvolvimento, referindo que 90% dos inquiridos apoiam ou apoiam muito o referido programa.

O referido relatório é apresentado 2 anos após a implementação deste programa, tendo muitos dados que são úteis para análise, mas que não foram atempadamente aplicados no presente programa. Assim, espera-se que, no futuro, este relatório possa ser efectuado e apresentado com maior antecedência, nomeadamente, que venha a ser efectuado trimestral ou semestralmente, com vista a estabelecer uma comparação com o período anterior, a fim de ter efeitos de avaliação, revisão e melhoramento.

3. De acordo com os dados, 113 mil residentes participaram no programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo, isto é, 1/4 dos residentes de Macau, tendo este programa promovido um ambiente de aprendizagem na

sociedade, mas alguns participantes não concluíram ou não conseguiram ficar aprovados nos cursos por inúmeras razões. Pelo exposto, qual é a percentagem dos participantes que não concluíram ou não conseguiram ficar aprovados? Qual a razão para o abandono do curso? O subsídio de 5000 patacas é suficiente? Pelo exposto, é necessário efectuar mais inquéritos, com vista a rever o mecanismo e o método de apoio. Por exemplo, de acordo com o relatório intermédio, a percentagem de participação dos trabalhadores das indústrias do jogo e da hotelaria é baixa, porque trabalham por turnos. Mais, a percentagem de participação das pessoas com poucas habilitações académicas também é relativamente baixa. Pelo exposto, o Governo deve incentivar as instituições a disponibilizar mais cursos com horário flexível, com vista a permitir a participação de certos grupos de pessoas, e atribuir apenas o apoio aos que finalizem os referidos cursos.

4. Os apoios tanto podem ser utilizados para a frequência de cursos reconhecidos localmente, como de determinados cursos organizados por instituições do exterior, o que é bom para elevar o nível qualitativo dos jovens. Mas, para os pedidos de apoio para a frequência de cursos no exterior, após a sua conclusão, há que apresentar todas as informações no prazo de um mês, o que é deveras apertado. Tendo em consideração a singular situação de cada uma das instituições de ensino no exterior, sugiro que sejam simplificadas e optimizadas as formalidades para o pedido desse tipo de apoio.

5. Os resultados do inicial Plano de Formação de Talentos alcançaram, de uma forma geral, níveis satisfatórios. Uma vez que este vai ser substituído muito em breve por um novo Plano, sugiro que o Governo pondere, aquando da implementação do mecanismo a longo prazo de formação de elites, sobre as várias formas de promover a mobilidade ascendente dos quadros locais. Por exemplo, atribuir um subsídio especial e dar prioridade de ascensão na carreira aos trabalhadores da Função Pública que obtenham um grau de especialização, através de cursos de formação e de reciclagem, bem como ser o Governo a organizar esses mesmos cursos, ora a cargo de diversas instituições, encorajando as empresas a articularem-se com o Governo, no sentido de atribuir apoio aos que tenham qualificação reconhecida e de promover os que passaram por essas acções de qualificação profissional. Tudo isto visa encorajar a nossa comunidade, para transformar Macau numa sociedade de conhecimentos profissionalizantes e diversificados, e para que haja uma continuidade da política, a fim de surtir os efeitos de uma constante elevação da qualificação dos quadros. O Governo tem que definir, pois, o plano para a elevação das qualificações dos quadros locais e tornar públicas, o mais breve possível, as acções e medidas dessa política.